



Brasília, 14 de dezembro de 2010.

Senhor Juan Somavia
Diretor Geral da OIT

Prezado amigo,

Quero felicitar a OIT pela realização da 17ª Reunião Regional Americana para discutir as lições deixadas pela crise financeira internacional e os desafios para o mundo do trabalho.

No momento em que vivemos os efeitos da pior retração econômica global em muitas décadas, é fundamental que a comunidade internacional se una na busca de respostas. A OIT é um ator fundamental para a discussão de soluções coordenadas para os impactos de uma crise que atinge a todos.

Quando tantos paradigmas caíram por terra, a OIT atuou com rapidez e determinação, apresentando a proposta de Pacto Global pelo Emprego, que contribuirá para a implementação de ações verdadeiramente solidárias nos planos interno e internacional com vistas à criação de um novo modelo econômico, menos concentrador de riqueza, mais solidário, humano e justo.

Há pouco mais de um mês, na Cúpula de Seul do G-20, o Brasil reiterou sua convicção que a prioridade não é salvar bancos ou entidades financeiras falidas, mas defender empregos. Por isso, insistimos na necessidade de que as principais economias do mundo implementem reformas necessárias para promover o crescimento, a modernização e o desenvolvimento.

Mas isso não pode ser alcançado à custa dos benefícios sociais e dos trabalhadores. Alguns tentam transferir o ônus da crise para os mais fracos. É aí que aparece a face oculta e cruel da globalização. Cresce a xenofobia e os trabalhadores imigrantes se tornam os bodes expiatórios.

A comunidade internacional não pode permitir que isto ocorra. Nossos esforços devem estar voltados para garantir o fortalecimento da demanda interna mediante conjunto equilibrado de políticas fiscais e monetárias.

Construir um mercado de trabalho justo e decente para todos significa também combater todas as formas de discriminação. Por isso, decidi encaminhar ontem ao Congresso Nacional a Convenção Internacional para a Proteção dos Direitos Humanos dos Trabalhadores Migrantes.

Esse é mais um exemplo do que temos procurado fazer pelo mundo do trabalho em meu Governo. Tenho a alegria de dizer que avançamos muito nos últimos oito anos. Ao contrário do que sugeria o pensamento econômico conservador, mostramos ser possível compatibilizar vultosos investimentos públicos e programas sociais com o equilíbrio macroeconômico.

Entre janeiro de 2003 e outubro de 2010, foram criados 14,7 milhões de empregos formais. O índice de desemprego que era de 12,36%, em 2003, caiu mais de 6 pontos percentuais nas seis principais regiões metropolitanas. A informalidade do mercado de trabalho também diminuiu. Em 2009, 53,6% dos trabalhadores brasileiros eram registrados, contra 46,4% em 2003.

Essas cifras positivas da expansão do mercado de trabalho formal foram acompanhadas do aumento da renda do trabalhador brasileiro. A política de recuperação do salário mínimo, elaborada em conjunto com as centrais sindicais, fez com que o valor passasse de R\$ 200 em 2002 para R\$ 510 em 2010, um crescimento real de 67,4% (entre dezembro de 2002 e agosto de 2010), descontada a inflação do período.

O Governo Federal procurou incrementar o mercado de trabalho com linhas especiais de crédito para micro e pequenas empresas que não têm acesso aos financiamentos tradicionais. As ações de fiscalização foram intensificadas e as relações de trabalho ficaram mais transparentes. A partir 2003, os modelos alternativos de geração de emprego e renda passaram a receber ajuda oficial, com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária. Foi um estímulo importante para iniciativas que combinam princípios de autogestão e solidariedade na produção, comercialização e financiamento de bens e serviços.

Meu caro amigo Somavia, sempre acreditei na solidariedade como caminho para o desenvolvimento social. O Brasil quer compartilhar experiências bem-sucedidas, pois acredita na cooperação Sul-Sul, na parceria entre os que vivem realidades semelhantes.

Com o apoio da OIT, estamos fortalecendo nossa cooperação com países latino-americanos, caribenhos e africanos na área de proteção social. São iniciativas desvinculadas de qualquer tipo de condicionalidade e que capacitam as nações beneficiadas a gerenciarem elas próprias os resultados dos projetos.

Tenho certeza de que a Presidenta Dilma Rousseff poderá seguir contando com a OIT nessa empreitada. Ao se aproximar o fim de meu mandato, quero agradecer o voto de confiança que a OIT depositou no Brasil.

Desejo-lhes muito êxito em seus trabalhos.



LUÍZ INÁCIO LULA DA SILVA
Presidente da República Federativa do Brasil